

**Discurso proferido na sessão de 15 de dezembro de 1961,  
publicado no DCD de 16 de dezembro de 1961, página 10893.**

**O SR. ALMINO AFFONSO** (Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminentes membros do Conselho de Ministros, dir-se-á hoje que, depois de um curso encachoeirado, o rio tomou o seu leito normal. As palavras ouvidas por todos nós, com absoluta atenção, ainda há pouco pronunciadas pelos eminentes Líderes da Maioria, louvando, antes de mais nada, a sabedoria da Casa na manutenção do regime democrático, vencendo ao longo da crise de agosto todo aquele entrechoque que por pouco não levou a Nação a uma sangrenta guerra civil, deram-nos a impressão de que, em verdade, neste instante todos podíamos dizer uma palavra final nesta sessão de encerramento e, tranqüilos, voltar à casa, como se, efetivamente, a grave situação ultrapassada a todos pudesse dar este direito. Insistimos sempre, Sr. Presidente, em que a crise de agosto, que teve exteriorização política, na verdade não era mais do que manifestação de uma crise social e econômica. Esta não foi superada; o País, na agitação mais aguda dos últimos tempos, na crista desta crise social sem precedentes, como que elabora o seu amanhã. Não me inquieta a situação atual, na medida em que a inquietação possa significar desespero, possa traduzir uma ausência de horizontes, possa espelhar a angústia dos que já não vislumbram o futuro. Sinto que ao longo de toda a crise que o País está vivendo, na verdade é o próprio tempo que está gerando a nova era. Os dias de crise deixaram-nos lições admiráveis, lições que cabe sempre lembrar, sobretudo para os que têm, como os homens desta Casa, responsabilidades tão grandes perante a opinião pública, perante o povo.

Esquecê-las seria levá-los, os homens daqui, a uma posição distorcida diante da realidade social brasileira, única responsável, sem dúvida alguma, pela distância crescente que vai entre o povo e a Casa que o representa.

Na verdade, Sr. Presidente, no balanço de nossos trabalhos podemos salientar êxitos dignos de monta e de respeito, trabalhos mesmo da mais alta envergadura, quer na complexidade da sua elaboração legislativa, quer em seus resultados políticos. Projeto como o Código de Telecomunicações, votado por esta Casa dentro da mais absoluta seriedade e no qual puderam ser inscritas normas e princípios que realmente correspondem aos interesses nacionais em setor de tão grande importância; o projeto



## **Câmara dos Deputados**

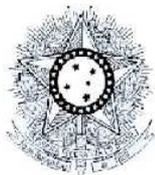
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

que coíbe os abusos do poder econômico, que há tantos anos caminhava lentamente pelas comissões técnicas, pode ser votado por nós e em termos satisfatórios; o projeto que disciplina os investimentos estrangeiros e que tanta celeuma causa neste instante nas áreas mais reacionárias do País marca o ponto alto não desta sessão legislativa, não da presente legislatura, mas, realmente, da grande luta de libertação econômica do País. E de tal maneira esse projeto aqui aprovado marca uma etapa nova nesta campanha que bem se pode medir sua importância pela reação brutal que se levantou contra ela. Podem, entretanto, estas forças ainda por algum tempo protestar e tentar distorcer a opinião pública, porque, em verdade, a vitória está assegurada. Ainda que ontem o Senado da República houvesse tido a infelicidade de rejeitar sumariamente este projeto como se anunciou, mesmo assim a vitória estava garantida, estava assegurada, porque o que aqui se fez não há de julgar-se apenas em seus aspectos técnicos, mas, sobretudo, em sua repercussão política, e esta é absolutamente irreversível. (Muito bem).

Aprovou-se, também, nesta Casa – e já agora em termos finais de elaboração legislativa – o projeto de Diretrizes e Bases da Educação. Não direi do seu mérito, porque o meu Partido em geral discorda da formulação dada, sobretudo na medida em que este diploma significa uma concessão maior ainda à escola privada em detrimento da escola pública. Aqui se aprovou a Universidade de Brasília, obra de vanguarda na política educacional. Aqui se aprovou o Plano Diretor da SUDENE, restaurando-lhe a sua fisionomia primitiva, como a quiseram os técnicos que pela primeira vez tenham, em plano de tamanha importância, a planificação econômica do Nordeste. Aqui se aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, que, embora criticado por tantos como utópico, como irrealizável, como impraticável, tem também uma extraordinária importância política, na medida em que propicia aos homens do campo uma tomada de consciência dos seus direitos e a possibilidade de que, reunidos na defesa desses direitos, sejam eles os grandes vanguardeiros daquela reforma agrária que todos nós proclamamos urgente e indispensável, mas que não se fará na medida em que o debate se limite a uma tribuna parlamentar.

Todos estes projetos aqui aprovados têm, sem dúvida alguma, a marca de importância excepcional e traduzem o balanço geral da produtividade da Câmara dos Deputados, como salientava ainda há pouco V. Exa., o Sr. Presidente, em número e em qualidade. Mas nada disto altera a verdade inicial que proclamei, de que estamos na crista de aguda crise social e econômica. Só a mudança radical nas próprias estruturas



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

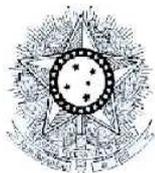
### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

poderia permitir perspectivas novas para o povo, dando-lhe, em termos de adequação histórica, a possibilidade de usufruir da riqueza nacional, a possibilidade de ser também usuário das conquistas da ciência e da técnica contemporâneas.

Alongue-se o olhar por todo o País, e o que se vê é o Nordeste em convulsão, são 20 milhões de homens prontos, a uma simples fagulha, a deflagrar o incêndio. O que se vê é até a Justiça do Trabalho realizar a primeira, a única, a *sui generis*, a incompreensível, talvez, para muitos, mas justificadora do estado de espírito da crise em que o País está, greve de juízes neste País; o que se vê é a realizarem os jornalistas em São Paulo a primeira greve de jornalistas no País; o que se vê é o Nordeste levantar-se em greve, em manifestações de massa impressionante, na defesa de um plano, de uma planificação como a SUDENE, alguma coisa que, para eles, imediatamente, ainda é abstrato; o que se vê é São Paulo levantar-se em defesa de um abono de Natal que, dirão, foi medida de natureza econômica de reivindicação salarial, mas greve, irrecusavelmente, de sentido também político, e as greves políticas marcam em todos os tempos a maturidade do operariado; o que se vê são operários da Petrobrás na Bahia unindo-se em movimentos espontâneos, em defesa daquilo que eles entendem ser justo para a empresa em que trabalham; o que se vê por toda parte, é um grau de maturidade de tal e uma tal manifestação de ânimo de luta do povo brasileiro, que as elites dirigentes, se dele não se aperceberem, na verdade é porque já não terão antenas para perceber as mensagens do amanhã.

Nós não vencemos a crise; adiamos a crise. A crise de agosto não terminou; estamos no bojo da crise. E nesta hora, em que encerramos a presente sessão legislativa, em que vamos para os nossos Estados, em que por mais de um mês a Câmara entra em recesso, é importante que se diga a cada um de nós, bem alto, que nenhum regime democrático se mantém, senão na medida em que o povo o sustenta; que não há democracia sem sustentação popular, e não pode haver sustentação popular a regime algum, a não ser na proporção em que os problemas do povo são resolvidos – e os problemas do povo não estão resolvidos.

A angústia, portanto, deste momento não é menor do que a de agosto, e ninguém poderá dizer aquelas águas que passaram em cachoeiradas não faz muito, esteja realmente tranqüilas, caminhando para o mar. Não, Sr. Presidente a qualquer momento o rebojo pode voltar, e ele será tanto maior quanto menor seja a nossa consciência dessa realidade.



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

### **Escrevendo a História - Série Brasileira**

Aqui estão presentes os homens do Governo. Aqui está o Sr. Primeiro Ministro, Delegados do Parlamento. Sr. Presidente, nunca se reclamou mais dos homens públicos uma tomada de consciência. Nunca se pediu mais aos homens públicos que atentem para que não basta prometer, para que não adianta a intenção. O fundamental é que se realize com urgência e com audácia. Não é mais hora para meias medidas nem meios termos, nem para covardias, nem para acomodações. O homem público tem que chegar, a todo instante, a todos os riscos da própria vida e admiti-los como condição da tarefa do homem público.

Nada, Sr. Presidente, pode justificar, na postura de qualquer que seja a função pública, que a sobrevivência da própria tarefa, do próprio encargo, sacrifique medidas que se imponham em defesa dos interesses do povo. Por toda a parte hoje um grande debate se levanta, fabricado pelas forças mais reacionárias: O debate do comunismo e o debate do anticomunismo.

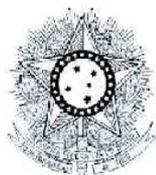
Na verdade, Sr. Presidente, esse debate não interessa ao povo. O que interessa ao povo é a realização de medidas que solucionem os seus problemas. Não é mais ora para temer rótulos, nem é mais hora para temer increpações.

Temos de realizar no País todas as medidas que se imponham, sejam quais forem, sem temer os rótulos e as increpações. Não importa possam participar de um filosofia político, tal ou qual; importa, sim, correspondam aos interesses do povo brasileiro.

E se os homens públicos disso não tiverem consciência ou audácia bastante para realizar isto, na verdade se demitiram, porque nem por isto a história parou. A história há de resolver sempre os problemas da melhor forma possível.

Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, que lutou bravamente não o digo por mim, senão pelos meus companheiros nesta Casa ao longo da crise de agosto, contra a instituição do sistema parlamentar, por entender que naquele momento se instaurava um novo regime ao arrepio da vontade do povo, por entender que se transpunha da área militar para a área civil um golpe contra as instituições democráticas, por entender que se desrespeitava a Constituição – ainda assim, neste instante, pode dizer, com orgulho, que tem colaborado na Casa, em tudo que lhe é possível, pelo resguardo e pela consolidação do sistema parlamentar.

Mas, Sr. Presidente, por igual quero proclamar que a crise de agosto, que desaguou no sistema parlamentar, não está superada e as coisas que não foram superadas continuam atuando dia a dia, momento a momento, minuto a minuto.



## **Câmara dos Deputados**

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

**Escrevendo a História - Série Brasileira**

O Partido Trabalhista Brasileiro proclama aquilo que tantas vezes tem dito em todos os recantos do País, na praça pública; o regime democrático é aquele que corresponde fundamentalmente aos interesses do povo. Mas se a democracia é regime que soluciona os problemas do povo, o povo não mantém regime democrático sem que os seus problemas sejam resolvidos. (Muito bem; muito bem. Palmas).